

O processo de mundialização territorial-financeira: territórios nacionais conectados pelo capital financeiro

O processo de expansão financeira, intensificou a relação entre diversos Estados Nacionais. A teoria da mundialização, tendo como ponto de partida o processo de expansão financeira, é sustentada por diversos autores, os quais afirmam que o processo de acumulação de capital tem a tendência de produzir crises de sobreacumulação de capital. Neste trabalho, analisaremos as teorias de dois desses autores, a saber: Giovanni Arrighi e David Harvey. O objetivo geral deste artigo é examinar alguns aspectos do processo de mundialização territorial-financeira, como uma forma de conexão entre os territórios nacionais através do capital financeiro.

Para tanto, a metodologia que embasa este estudo são as teorias do Giovanni Arrighi sobre os ciclos sistêmicos de acumulação e David Harvey sobre os ajustes temporais e territoriais. O presente artigo, encontra-se dividido em três eixos. O primeiro, objetiva uma análise da teoria do Giovanni Arrighi sobre ciclos sistêmicos de acumulação. Em cada ciclo inicia-se com a expansão da produção e passa para a expansão financeira. Nesta expansão que o capital começa a se deslocar do comércio e produção para as altas finanças. O segundo eixo, buscará fazer uma reflexão sobre a teoria dos ajustes temporal e territorial, do David Harvey, onde o capital sobreacumulado busca se transformar em capital lucrativo. O terceiro eixo tem como finalidade fazer uma análise, com base nos eixos anteriores, do processo de mundialização territorial-financeira contemporânea.

1 Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação do Capital

Para elaborar a sua teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação do capital, Arrighi (1996), toma como base a teoria do Braudel, que dizia que todas as grandes expansões comerciais da economia capitalista mundial anunciaram sua “maturidade” ao chegarem ao estágio de expansão financeira. Assim, Arrighi retoma a idéia da expansão financeira como a principal expressão de uma unidade da história capitalista, da Idade Média aos dias contemporâneos. Essa unidade da história se constitui a partir da transformação da economia mundial, *que passa de um sistema de acumulação inserido e subordinado ao sistema de poder, para um sistema de poder inserido e subordinado ao sistema de acumulação*. Em outras palavras, o capital passou a dominar o poder político e se transformou no principal norteador da organização social. Essa transformação ocorreu através de sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação, onde cada um tem uma fase de expansão material (DM) seguido por uma fase de expansão financeira (MD’).

Segundo Arrighi (1996), a contribuição mais decisiva e duradoura para o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial encontra-se na esfera das altas finanças, durante o Renascimento italiano do final do século XIV e início do século XV, que é o período do seu surgimento. Sob um contexto de impacto na intensificação da concorrência interestatal pelo capital circulante, que tinha sua sede em cidades-Estados seletas, como Florença, porém a sua orientação e estrutura eram cosmopolitas. Como todas as demais expansões financeiras que se seguiram, a alienação do Estado aos interesses monetários ocorreu através de uma transferência do capital sobreacumulado, que não conseguiam mais investir seus lucros no comércio, para o financiamento das atividades bélicas sob controle do Estado. Portanto, a geopolítica (no sentido mais *hard core*) e as finanças caminharam *pari passu* na transformação da economia mundial, em uma estreita relação entre territorialismo e capitalismo.

A tese de Braudel que refere-se que os principais centros de acumulação de capital tendem a externalizar seus custos de produção é aplicável ao fim da expansão comercial pan-eurásiana, durante o final do século XIII e início do

século XIV. Com o declínio da expansão comercial, houve uma dissociação do capitalismo com a indústria, devido a intensos problemas sociais que culminaram em prolongadas lutas de classes. Isso acarretou em uma separação entre ambos e uma ascensão do capital financeiro à estrutura dominante de governo da economia florentina, bem como da economia mundial européia em geral. Contudo, a tese de Braudel cabe uma ressalva, que nem todos os centros de acumulação estavam envolvidos nesse divórcio entre capitalismo e indústria, como também nem todas as esferas de atividades desses centros.

A ascensão financeira, ocorreu em um momento de guerra generalizada, tanto nas cidades-Estados italianas como no sistema político europeu como um todo. O que implicou em oportunidades muito lucrativas para a indústria de armamentos e metarlúrgicas (Arrighi, 1996: 185). A partir do século XVI, as “nações” cosmopolitas expatriadas se especializaram nas altas finanças e no comércio de longa distância, enquanto as organizações territorialistas cuidavam da produção. Assim, reafirma-se o poder das altas finanças que nasceu no século XV. Como também, há uma ascensão de poderosos complexos capitalistas-territorialistas, formado pela aliança entre as “nações” e os Estados territorialistas.

A relação entre as organizações capitalistas-territorialistas européias passam por uma decisiva transformação a partir de meados do século XVI, durante a era elisabetana, nos reinados de Elisabeth I (1558-1603) e Jaime I (1603-1625). Na tese do Arrighi esse período corresponde a Era dos Genoveses, a qual há uma fase de expansão financeira da economia mundial européia e uma escalada de lutas competitivas entre as organizações capitalistas e territorialistas dessa economia. Durante esse período, o poder do complexo capitalista-territorialista atingiu seu auge. Contudo, também corresponde um período de transição nos processos sistêmicos de acumulação de capital, ou seja, passa do regime genovês para o regime holandês (Arrighi, 1996: 193).

A chave da interrelação entre o capitalismo e o territorialismo, a partir da expansão financeira, é a expansão do comércio internacional. A emergência da economia holandesa ocorreu, principalmente, devido a sua centralidade na

intermediação do comércio mundial.

A supremacia comercial holandesa baseava-se em uma lógica capitalista de poder (representada pela fórmula D-T-D'), enquanto a supremacia comercial posterior, a inglesa que inicia-se no início do século XVIII, baseou-se em uma síntese harmônica entre a lógica territorialista de poder (T-D-T') e a capitalista (D-T-D'). Essa síntese foi o fator fundamental para o regime inglês ter alcançado um ciclo sistêmico de acumulação muito mais avançado do que o holandês (Arrighi, 1996: 204).

Alem disso, durante todo o período da supremacia inglesa houve um processo contínuo de expansão, reestruturação e reorganização financeira da economia mundial capitalista. Os períodos de expansão financeira foram momentos em que aumentam as pressões competitivas tanto sobre os governos quanto empresas e comércio. Essas pressões favoreceram a expansão industrial inglesa, que se manteve na supremacia econômica mundial até o início do século XX.

1.1 A Estrutura dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação do Capital

Os ciclos sistêmicos de acumulação de capital constituem uma cadeia de estágios parcialmente superpostos, por meio dos quais a economia capitalista européia transformou a economia mundial em um intenso sistema de trocas. A superposição desses ciclos ocorre na passagem de um para o outro, ou seja, enquanto um ciclo está se aproximando do seu término, ao mesmo tempo, um outro ciclo sistêmico de acumulação começa a se formar. Esta fase de superposição ocorre durante a chamada turbulência financeira do ciclo que está chegando ao fim. De acordo com Arrighi:

O aspecto principal do perfil temporal do capitalismo histórico aqui esquematizado é a estrutura semelhante de todos os séculos longos. Todos esses constructos consistem em três segmentos ou períodos distintos: (1) um primeiro período de expansão financeira (que se estende de S_{n-1} a T_{n-1}), no correr do qual o novo regime de acumulação se desenvolve dentro do antigo, sendo seu desenvolvimento um aspecto integrante da plena expansão e das contradições deste último; (2) um período de consolidação e desenvolvimento adicional do novo regime de

acumulação (que vai de T_{n-1} a S_n), no decorrer do qual seus agentes principais promovem, monitoram e se beneficiam da expansão material de toda a economia mundial; e (3) um segundo período de expansão financeira (de S_n a T_n), no decorrer do qual as contradições do regime de acumulação plenamente desenvolvido criam espaço para o surgimento de regimes concorrentes e alternativos, um dos quais acaba por se tornar (no tempo T_n) o novo regime dominante (Arrighi, 1996: 219-20).

O início de cada expansão financeira é chamado de “crise sinalizadora” do regime de acumulação dominante. Nesta fase que, os agentes principais desse regime, começa o processo de deslocamento do capital do comércio e da produção, em quantidades cada vez maiores, para as atividades financeiras. Um processo que se caracteriza por uma tentativa de prolongar a liderança do seu regime no tempo e no espaço, por meio da intensa especialização financeira. Todavia, a passagem para as altas finanças é apenas uma solução temporária para uma crise sistêmica subjacente. Cabe ressaltar, que essa passagem também pode transformar o fim da expansão material em momento de renovação da riqueza e do poder para seus promotores e organizadores, isso ocorreu, de diferentes formas, em todos os quatro ciclos sistêmicos de acumulação: genovês, holandês, britânico e americano.

Apesar de todos os quatro ciclos sistêmicos de acumulação apresentarem três segmentos análogos e terem todos mais de um século de duração, eles têm reduzido a sua duração ao longo do tempo. Contudo, o tamanho e complexidades organizacional desses ciclos tem aumentado de maneira crescente. Em outras palavras, o aumento do poder desses ciclos é acompanhado por uma redução de sua duração.

A estrutura organizacional desses ciclos seguem uma lógica de alternância, entre as estruturas organizacionais “cosmopolitas-imperialistas”, que são caracterizadas por regimes “extensivos” e as “corporativas-nacionalistas”, que possuem regimes “intensivos”. Os ciclos genovês e britânico foram do tipo “extensivo”, por terem sido responsáveis pela maior parte da expansão geográfica da economia mundial capitalista. Os ciclos holandês e americano, por

sua vez, foram os “intensivos”, pois foram mais responsáveis pela consolidação do que pela expansão da economia capitalista mundial. Nas palavras do Arrighi:

(...), nossa análise dos ciclos sistêmicos de acumulação mostrou que toda expansão material da economia mundial capitalista baseou-se numa estrutura organizacional específica, cuja vitalidade foi progressivamente minada pela própria expansão. Essa tendência pode ser atribuída ao fato de que, de um modo ou de outro, todas essas expansões foram cerceadas pelas próprias forças que as geraram, de modo que, quanto mais intensas se tornaram essas forças, mais fortes era também a tendência de que cessasse a expansão. Mais especificamente, à medida que aumentou a massa de capital que buscava reinvestimento no comércio, sob o impacto dos lucros ascendentes ou elevados, uma parcela crescente do espaço econômico necessário para mantê-los em ascensão ou elevados foi sendo consumida – ou, para usar uma expressão de David Harvey (1985; 1989, p. 205), foi “aniquilada no tempo”. Quando os centros de comércio e acumulação tentaram opor-se aos lucros decrescentes, através da diversificação de seus negócios, eles também aniquilaram a distancia geográfica e funcional que os vinha mantendo fora do caminho uns dos outros, em mercados mais ou menos protegidos. Como resultado dessa dupla tendência, a cooperação entre os centros foi substituída por uma concorrência cada vez mais violenta, que deprimiu os lucros ainda mais e acabou por destruir as estruturas organizacionais em que se baseara a expansão material anterior (Arrighi, 1996: 231-32).

Essa intensa concorrência, ou seja, as lutas competitivas intercapitalistas foram responsáveis pelo aprofundamento da contradição entre a auto-expansão do capital e a expansão material da economia mundial. Há, portanto, uma bifurcação, por um lado há uma tendência das expansões comerciais de reduzir os lucros. Quando isso acontece, a expansão comercial chega ao fim, seguindo a trajetória financeira (D-D’), pois os lucros baixam até um nível “tolerável”. Todavia, por outro lado, há uma contratendência de elevar a lucratividade acima do que seria possível em outras condições, limitando a entrada e mantendo o mercado sistematicamente abastecido. Quando isso corre, a expansão comercial não chega a um fim, mas sim é levada ao seu fim, seguindo uma trajetória de produção (M-D’), devido a tentativa de manter os lucros acima do nível “tolerável”. Pode-se verificar que, de uma forma ou de outra, a expansão

comercial tem um momento de declínio. As lutas competitivas intercapitalistas decorre devido a escolha do caminho a seguir nesse momento de declínio, se pela auto-expansão do capital, ou seja, pelas finanças; ou se pela expansão material da economia mundial. Essa competição tem como objetivo a busca pelo poder econômico mundial, caso contrário, essa hipótese de bifurcação não faria sentido.

A bifurcação dessas duas vias gera um campo de turbulência, o ritmo dos dois processos além de se tornarem mais lentos, também ficam mais estáveis. Esta estabilidade dos processos de acumulação de capital pode ser de dois tipos: temporária e localizada, ou sistêmica e permanente. A diferenciação entre esses dois tipos, pode ser entendida como uma distinção de Hicks entre as pausas no processo de expansão da economia mundial, que seriam as estabilidades temporárias e localizadas; e a autêntica cessação da expansão, que configuraria nas estabilidades sistêmicas e permanentes. Cabe ressaltar que, a tese do Arrighi limitou-se as expansões financeiras desse último tipo, devido a sua análise priorizar as passagem de um ciclo sistêmico de acumulação para o outro.

Assim, os ciclos sistêmicos de acumulação podem ser descritos como uma série de fases de expansão estável da economia mundial capitalista que se alternam como fases de turbulência, onde as condições de expansão estável, através do desenvolvimento já estabelecido, são destruídas, enquanto as de expansão por uma nova via são criadas. Portanto, as fases de turbulência são momentos de contração e de desorganização crescente, como também de redistribuição e reorganização dos processos de acumulação de capital em escala mundial (Arrighi, 1996: 241-42).

Desta forma, temos que a concentração de capital, por meio da expansão financeira, sendo o mecanismo principal pelo qual o termino de um ciclo de acumulação em escala mundial é transformado no início de um novo ciclo. Este novo ciclo é responsável pela recomposição da economia mundial, através de novas bases organizacionais para propiciar uma nova fase de expansão material da economia mundial capitalista.

2 Os ajustes temporal e territorial na teoria da crise do capital do David Harvey

Esta seção procura analisar a teoria do David Harvey, sobre a crise do processo de acumulação de capital, que corresponde ao período de turbulência financeira dos ciclos sistêmicos do Arrighi, onde há a passagem para a emergência de um novo ciclo sistêmico. Ambos os autores consideram que a sobreacumulação de capital que leva a crise no processo de acumulação de capital. Contudo, o processo de análise durante o período de crise de cada um é diferente. Arrighi, se limitou a analisar, no que denominou de processo de bifurcação, apenas a tendência de expansão financeira, pois estava interessado em apenas nos grandes ciclos sistêmicos de acumulação. Harvey, por sua vez, ao não considerar os grandes ciclos sistêmicos de acumulação, analisa o processo de formação de crise do capital em um sistema econômico mundial, no que denominou ser o segundo e terceiro cortes da crise, ou seja, do ajuste temporal (financeiro e interno) e também do ajuste territorial (material/financeiro e externo).

Harvey (1982), estrutura a sua teoria considerando que a lógica do capital gera uma unidade contraditória entre produção e intercâmbio das mercadorias. A produção de mercadorias tende a ser maior que o seu consumo. Isso ocorre devido a grande concentração do capital, onde a massa consumidora não possuem recursos monetários para adquirir essas mercadorias. Há portanto, um processo de sobreacumulação do capital, ou seja, o capital não encontra meios de se realizar quanto capital. Essa constitui em uma primeira fase da sobreacumulação, através da unidade contraditória entre produção e intercâmbio, que é denominada por diversos autores como o primeiro corte da teoria da crise. Há uma busca de solucionar esse problema estrutural da lógica do capital por meio do intercâmbio, pela intensificação da circulação das mercadorias, ou seja, uma solução interna do processo produtivo (produção-circulação-consumo).

Contudo, a esfera da circulação apenas não consegue solucionar o problema. Isso implica em um aumento da sobreacumulação de capital em um segundo momento. A busca de solucionar, ou ao menos reduzir esse processo, dentro da

lógica contraditória do capital é o que Harvey (1982) chamou de segundo corte da crise, ou de ajuste temporal do capital, através de um ajuste financeiro e monetário, para expandir a circulação de capital e estimular o consumo, por via do crédito, principalmente. O que se caracteriza também em uma solução interna ao Estado nacional.

O processo de sobreacumulação de capital não se cessa com o ajuste temporal. Há, portanto, um terceiro momento desse processo, que Harvey (1982) denominou de terceiro corte da crise, ou seja, o ajuste espacial do capital, que iremos chamar aqui de ajuste territorial do capital. Esse ajuste constitui na busca de novos mercados econômicos e financeiros com o objetivo de encontrar um novo mercado consumidor para o capital sobreacumulado. O que se caracteriza por uma solução externa ao Estado nacional.

A incessante busca de realizar o capital sobreacumulado tem um objetivo claro, a tentativa de minimizar ou adiar o processo de desvalorização do capital. O jogo de oferta e demanda, ainda que controverso sob alguns aspectos, tem que estar em equilíbrio. Se a oferta (produção) é maior que a sua demanda (consumo), os preços das mercadorias tendem a cair, ocorre portanto o processo de desvalorização do capital. Os três cortes da teoria da crise, os dois últimos analisados pelo Harvey, procura uma solução, dentro da lógica do capital, para aumentar a demanda de consumo. No primeiro corte, por meio da intensificação da circulação, intercâmbio; no segundo através da expansão no tempo da circulação e no terceiro, pela busca de novos mercados onde a circulação possa ser ampliada. Desta forma, busca-se não alterar a oferta para que o processo de acumulação de capital, de crescimento econômico permaneça.

Neste artigo iremos analisar, essencialmente, o segundo e terceiro cortes da teoria da crise identificado pelo Havey (1982). Assim como as suas conseqüências, como o ordenamento espaço-temporal.

2.1 Ajuste temporal do capital

Com base nos textos do Harvey (1982, 2003, 2005), definimos o ajuste temporal do capital como o processo de expansão do intervalo de tempo da circulação do capital, através do adiantamento do capital que tem expectativas de retornos maiores no futuro. Um processo de expansão da circulação no tempo. Esse intervalo de tempo é remunerado pelos juros, que varia principalmente de acordo com o risco do negócio e pelo tempo transcorrido. É a essência do capital financeiro.

Portanto, o ajuste temporal é uma expansão do tempo de rotação socialmente necessário, denominado por Harvey (1982) como o intervalo de tempo que a circulação de capital demora para ser completada, ou seja, é o tempo médio necessário para circular uma quantidade de capital em relação a taxa média de lucro sob condições normais de produção e circulação.

O ajuste temporal do capital é uma solução encontrada, dentro da lógica de acumulação do capital, para os problemas de sobreacumulação. Através desse mecanismo, a circulação torna-se mais longa no tempo, mas é uma circulação ainda em nível interno ao território nacional. Por isso, é no intercâmbio que Harvey (1982) identifica o chamado segundo corte da crise ou ajuste temporal do capital, por meio das dinâmicas temporais entre os ajustes financeiros e monetários. O que acarreta no aumento do poder do sistema de crédito, que tenta contrapor o desequilíbrio da produção.

Segundo Harvey (1982), certa parte da circulação do capital desacelera para promover tempos de rotação acelerados para a parte restante, o chamado ajuste temporal. Assim existe a possibilidade de ocorrer equilíbrio dinâmico. O excedente é absorvido na criação de infra-estruturas físicas e sociais, que Harvey (2003) chamou de forma “espiralada”, a qual o crescimento interno parece auto-sustentável. Contudo, os excedentes absorvidos acabam produzindo novos excedentes, que pode acarretar em uma crise, o que leva a uma necessidade de um outro ajuste, que analisaremos na próxima seção.

2.1.1 O ajuste temporal do capital através de investimentos em infra-estruturas físicas e sociais

Como os excedentes não são transferidos da produção e do consumo correntes para investimentos de longo prazo em infra-estruturas físicas e sociais?

A sobreacumulação de capital e trabalho não conseguem se transformar em produtivo rapidamente. A força de trabalho não é qualitativamente homogênea, encontra-se dificuldade para se realocar. Portanto, há uma lentidão para transformar as estruturas empregatícias de trabalho. O que pode impedir o desenvolvimento da forma “espiralada”. A realocação do excedente de capital também não ocorre de forma imediata. Esse pode existir nas formas de moeda, mercadoria ou capacidade produtiva. Como o sistema não está disposto a mudar a sua lógica, a realocação do excedente ocorre mais pelo capital do que pelo trabalho, o que implica em um problema adiante de demanda de consumo. Iremos analisar mais detidamente a sobreacumulação de capital e as suas formas de ajuste, por estar dentro do escopo deste trabalho.

Na tentativa de converter o capital sobreacumulado em capital lucrativo, há uma necessidade primeira de converter esse excedente em moeda. O crédito pode ser uma solução para a dificuldade dessa conversão. Contudo, há diversas contradições e ambigüidades, devido a criação do “capital fictício”, ou seja, títulos da dívida pública, debêntures, ações etc.

O “capital fictício” se converte em um processo de circulação muito longo, tendo retorno nas altas taxas de juros. Através da mediação do crédito e do capital fictício, o capital excedente pode ser “absorvido”. Assim, de acordo com Harvey (1982), há um estímulo para haver o ajuste temporal do capital, ou seja, que o capital mude do uso presente (sobreacumulado) para o uso futuro (ativo). Adia-se, desta forma, a eclosão de uma crise. Portanto, o ajuste temporal do capital, através do crédito e o capital fictício são as soluções encontradas para a conversão imediata do capital sobreacumulado. Contudo, essa conversão é volátil e frágil podendo a qualquer momento se converter numa crise.

O capital fictício e o crédito são demandas sobre o trabalho futuro, porém nem sempre esse trabalho ocorre na mesma proporção esperada. Os problemas

presentes são solucionados mediante a expectativa futura de mais trabalho. Isso é o que Harvey (1982) chama de ajuste temporal contínuo através da formação acelerada de crédito e capital fictício. Desta forma, cresce o volume de dívidas a serem pagas em algum momento posterior. De acordo com Harvey, esse momento ocorre dependendo do tempo de rotação do capital distribuído em infra-estruturas físicas e sociais. A formação crescente do capital fictício constitui a essência da espiral do desenvolvimento, pressionando o aumento da produção futura e assim a continuidade crescente da acumulação de capital. Portanto, o ajuste do tempo, através do capital fictício, é fundamental para pressionar o aumento dos lucros e também adiar crises que ocorreriam no presente. Assim, o ajuste do capital sobreacumulado no tempo constitui em um elemento essencial para a perpetuação da reprodução e acumulação do capital.

Portanto, o ajuste temporal do capital caracteriza-se por uma aparente solução interna para o capital sobreacumulado. Apenas esse ajuste não é suficiente para intensificar a produção e acumulação do capital e adiar as crises, o máximo que possível. Ou seja, é necessário também um ajuste territorial. Por quanto tempo a crise poder ser adiada? É proporcional o seu adiamento com a intensidade da crise?

Não tem como prever por quanto tempo poderá ser adiada, mas provavelmente será no momento em que o capital fictício e o crédito se deslocar a tal ponto do capital produtivo de forma a não conseguir o retorno ao menos dos juros. Com grande probabilidade de não ser proporcional o adiamento do tempo com a intensidade da crise, e sim menor, tendo como pressuposto que o crédito e o capital fictício pressionam maior quantidade de trabalho futuro, ainda que a expectativa desse aumento não se realize acarretando na crise, provavelmente terá sido maior do que se não houvesse essa pressão. Portanto, a intensidade da crise possivelmente será menor que o intervalo de tempo deslocado devido a essa pressão de trabalho futuro. Ainda assim, podemos considerar que quanto mais as crises forem adiadas, maior será a quantidade de capital fictício. Desta forma, a crise tende a ser mais intensa, mas não significa que proporcional ao tempo adiado.

O Estado Nacional pode através do aumento da oferta de moeda fazer com que a dívida se monetize, mas isso traz conseqüências sociais, como por exemplo o aumento da inflação. Isso significa que o aumento da produtividade não acompanhou o ritmo de formação da dívida. Portanto, a inflação pode ser um reflexo desse “gap” entre produtividade e dívida.

O Estado também tem como uma das suas funções assegurar a reprodução do capital, para isso utiliza as políticas fiscais e monetárias executadas pelo banco central e outros ramos do aparato estatal. O banco central, através da política monetária, assegura a qualidade do dinheiro nacional possibilitando um certo “controle” do desequilíbrio da produção. Nesse processo de circulação de capital não realizado, a crise passa da desvalorização das mercadorias para uma desvalorização do dinheiro das mercadorias para uma desvalorização do dinheiro, através do ajuste financeiro e monetário. O segundo corte da teoria da crise, ressalta essa tentativa de solucionar a crise através do ajuste temporal do capital, com o aumento da circulação do capital a juros, do poder do sistema de crédito e do capital financeiro. Há, portanto, uma transformação da circulação do capital devido a mudança na dinâmica temporal. As transformações internas do capitalismo dependem também das transformações do aparato estatal.

2.2 Ajuste Territorial do Capital

O capital sobreacumulado obriga a buscar alívio em algum tipo de ajuste territorial, evitando, adiando ou transferindo a desvalorização com “transformações externas” sucessivas e cada vez mais intensas. Portanto, o ajuste territorial do capital é uma tentativa de solucionar ou minimizar a crise através da expansão das atividades econômicas e financeiras pelos diferentes Estados nacionais, ou seja, o ganho pela diferença, onde o ajustamento dos tempos sociais diferentes, dos diferentes desenvolvimentos econômicos é feita pelo sistema de crédito. Assim, o ajuste territorial do capital é possível devido ao seu ajuste temporal. Desta forma, a partir dos diversos textos do Harvey (1982, 2003, 2005), definimos o “ajuste territorial do capital” como o processo de expansão da circulação do capital para novos territórios nacionais.

2.2.1 A busca do ajuste territorial do capital

A expansão do comércio exterior apenas não é suficiente para resolver o problema do capital sobreacumulado. Contudo, se financiar o comércio com crédito, ou pelo endividamento do país envolvido, então, a situação se modifica. Por isso, o ajuste territorial do capital, não significa apenas uma expansão do comércio internacional, mas também uma expansão das finanças internacionais. Por exemplo, um país ou região pode emprestar capital excedente para outra financiar a compra de suas próprias mercadorias excedentes. Há, portanto, uma combinação de ajuste territorial e temporal, o qual pode se estender por um longo prazo. Para garantir o pagamento da dívida, o país de origem tem que continuar exportando para o país endividado.

Todavia, de acordo com Harvey (1982, 2005), a exportação de capital quando desacompanhada da força de trabalho, ou o inverso, pode ter um efeito apenas paliativo sobre a tendência à superacumulação. Caso contrário, se os excedentes de capital e força de trabalho são aplicados proporcionalmente em seu conjunto para criar nova capacidade produtiva em novos territórios, assim os excedentes podem ser absorvidos por um período mais longo de tempo. Entretanto, nesse novo território com capacidade produtiva, reproduz a mesma lógica interna de produção do país de origem, acarretando em produção de excedentes de capital e força de trabalho, forma-se a sua própria aliança de classes regionais para reivindicar os seus interesses. Para tentar solucionar os seus problemas internos passa a buscar o ajuste territorial. Portanto, começa a competir no mercado mundial, inclusive com o país natal. Se estiver força política e econômica superior ao país natal, pode forçar a desvalorização dessa economia através da competição internacional.

As relações, todavia, não são tão simples assim. Para o novo território econômico conseguir absorver os excedentes do país natal é necessário que essa região se desenvolva livremente, sem barreiras de regras políticas e acordos econômicos que reprima o seu desenvolvimento para a consolidação da sua economia. Desta forma, ser capaz de produzir seus próprios excedentes e poder competir no cenário internacional com o país de origem. Caso contrário, se houver um

controle excessivo (fortes barreiras regulatórias, fiscais) por parte do país natal, por exemplo, a nova economia permanecerá dependente, tendo um desenvolvimento lento, que não conseguirá absorver os excedentes do país de origem. Assim, há uma desvalorização como consequência da não absorção, a não ser que a economia natal consiga realizar os seus excedentes em outros novos territórios. De acordo com Harvey:

(...) o capitalismo é capaz de fazer uma pausa considerável para tomar fôlego, e garantir sua própria sobrevivência, por intermédio da busca do “ajuste espacial” (...). É como se, depois de ter tentado anular o espaço pelo tempo, o capitalismo adquirisse tempo para si, fora do espaço conquistado. Assim, embora possamos continuar asseverando que as crises não podem, a longo prazo, ser evitadas, temos que considerar a possibilidade de que esse longo prazo talvez seja muito longo (HARVEY, D. 2003: 156).

O que acontece quando o ajuste territorial do capital é impedido e as dívidas contraídas pelo ajuste espacial vencem? Há o processo de formação de crise, devido a intensa desvalorização de capital e da força de trabalho. Nesse processo de crise há, segundo Lênin, a conversão desse processo em lutas econômicas, políticas e militares entre Estados-Nações. A intensa desvalorização faz com que o ajuste territorial se transforme em lutas entre Estados-Nações, para ver quem fica com o encargo da maior desvalorização através de uma disputa política tentando solucionar um problema econômico. Em outras palavras, o “ajuste territorial” pode se converter em conflitos políticos violentos para ver quem fica com a desvalorização (Havey, 2005).

Os excedentes do capital sobreacumulados quando não absorvidos são desvalorizados. Assim, o recurso do ajuste territorial, em parte, mascara a irracionalidade do capitalismo, pois permite atribuir à desvalorização através da destruição física ou da guerra global, fracassos puramente políticos. Assim, uma teoria sobre o capital bem analisada retira o véu dessa ilusão por meio da identificação da necessidade de uma transformação interna e externa. A exportação da desvalorização assume um discurso mais político do que econômico.

2.2.2 As barreiras para os ajuste territorial do capital

Quanto maior for a possibilidade de romper as barreiras territoriais, maior será o ajuste territorial e menor o ajuste temporal dentro do território natal. Assim, o capitalismo se desenvolve de forma crescente. Quanto maior for as barreiras territoriais, maior sua o ajuste temporal dentro do território de origem e em um período mais curto de tempo a desvalorização das mercadorias e do dinheiro ocorrerá, implicando em uma crise. Em outras palavras, a solução aparente do ajuste temporal se expressa por uma desvalorização do dinheiro, ou seja, uma crise de câmbio.

A contradição interna do capital provoca uma dinâmica do mesmo a fim e evitar a crise. O rompimento de barreiras territoriais acarreta em uma mobilidade do capital e assim, uma maior transformação da economia no território que abriu suas fronteiras. Segundo Harvey (1982), as contradições do capitalismo ainda não estão contidas dentro das estruturas globais do desenvolvimento geográfico pouco uniforme.

2.2.3 A exportação de capital para a produção

Com o ajuste territorial, as crises ficam temporariamente resolvidas, pois com lucros maiores implicam em aumento da necessidade de aplicação rentável desses lucros, aumentando a tendência da superacumulação. As soluções externas, para problemas internos, oferecem movimento as contradições, implicando em uma impulsão na reprodução de capital. Assim, as contradições não paralisam a lógica do capital.

As crises são fases de intensa racionalização na transformação e expansão geográfica (Harvey, 2003). Apesar disso, há limites para esse processo. Se a “transformação externa” for impedida, então a capacidade do país natal para ter mais capital sobreacumulado também terá um bloqueio. O que resultará em uma crise no país natal. Portanto, o ajuste territorial, através do rompimento de suas barreiras, é uma necessidade para o adiamento das crises e sobrevivência do capitalismo.

As novas regiões devem transformar o capital sobreacumulado em capital lucrativo. Todavia, essas também podem criar uma ameaça competitiva para o país natal. Tanto no país natal, quanto nas novas regiões, haverá uma tendência de superacumulação que necessitará de um ajuste territorial. Portanto, este configura em uma permanente solução temporária para o problema de superacumulação.

A desvalorização ocorrerá, em níveis distintos, de acordo com a intensidade do ajuste territorial. A competição internacional também provoca a desvalorização. A falta ou o pouco ajuste territorial impede ou limita a competição internacional. Assim, o capital sobreacumulação não encontra novos mercados para a sua realização, que acarreta, então, em uma desvalorização interna e maior. Para evitar que isso aconteça, a política neoliberal pressionou os países emergentes a fazer a abertura comercial e financeira.

2.2.4 O ajuste territorial pela ótica do Estado

A produção ampliada do capital, expansão do ciclo produção-circulação-consumo, produz intensas contradições na sociedade, que sem a intervenção do Estado entraria em colapso. Assim, segundo Hegel, o Estado se faz necessário para “controlar” as contradições da lógica capitalista para que possa continuar se reproduzindo. Contudo, o Estado não consegue dar conta das contradições internas do capitalismo dentro dos seus contornos territoriais. Desta forma, o “ajuste espacial” se faz necessário para adiar o colapso do capital. Esse ajuste é mediado pelas negociações entre os Estados nacionais, governos regionais e locais (Harvey, 2005). Portanto, a sociedade civil capitalista é forçada a procurar soluções externas para as suas contradições internas, através da expansão geográfica.

De acordo com Von Thunen, o equilíbrio social pode ser alcançado onde a fronteira esteja aberta e a mobilidade de trabalho e do capital esteja garantida. Marx se opõe ao idealismo fronteiro de Von Thunen através do materialismo histórico. Marx evidencia, no capítulo sobre colonização (último do livro I de O

Capital), a impossibilidade do ajuste territorial permanente, considera o ajuste territorial uma projeção violenta das contradições do capitalismo. Para esse autor, a única solução realmente possível das contradições do capitalismo é o fim da propriedade privada, que seria a base para o funcionamento desse sistema. Contudo, marxistas como Bukharin, Lênin e Luxemburgo, ao estudarem o imperialismo passaram a enfrentar a relação dinâmica do capital a partir da necessidade de uma transformação não somente interna, mas também externa.

Segundo Harvey (2005), a recusa de Marx a respeito da eficácia de qualquer ajuste espacial em relação as contradições internas do capitalismo o permite concentrar a atenção nos processos da formação de crises. Apesar disso, Marx não exclui a possibilidade de que o comércio exterior pode se contrapor à tendência da margem decrescente de lucro a curto prazo (Marx, 1967: 237-59; apud. Harvey, 2005).

Com o ajuste territorial do capital, as crises se tornam mais globais e os conflitos geopolíticos tornam-se parte do processo de formação e solução dessas crises agora globais. Há uma importância de reduzir barreiras espaciais por intermédio de inovações no transporte e nas comunicações (Harvey, 1982). Portanto, a dinâmica do capitalismo implica em confrontos geopolíticos. Desta forma, observamos que o capitalismo é tanto mais dinâmico quanto consegue se deslocar no tempo e no espaço, pois amplia e/ou intensifica seu campo de atuação. Para isso ocorrer, o Estado tem que intervir, mudando as regras políticas e econômicas para abrir suas fronteiras. Contudo, isso não significa que o Estado seja o único responsável dessa dinâmica ainda que tenha um papel fundamental.

Identificando o papel do Estado na evolução da dinâmica do capital é possível compreender como os territórios são formados e reformados; como os territórios ganham e perdem poderes políticos e econômicos, como são valorizados e desvalorizados, ou mesmo como o Estado pode contribuir para acelerar ou frear a acumulação de capital (Harvey, 2005).

2.3 A ordenação espaço-temporal

A ordenação espaço-temporal, identificada por Harvey (2003), significa uma solução para a crise capitalista gerada pela sobreacumulação de capital, por meio do adiamento do tempo e da expansão geográfica. Portanto, os capitais sobreacumulados podem ser absorvidos de três formas gerais:

- a) ajuste *temporal* de capital, mediante investimento de longo prazo ou gastos sociais. Tem como objetivo adiar a futura reentrada em circulação de valores de capital.
- b) Ajustes *espaciais* de capital, por meio da abertura de novos mercados.
- c) Uma combinação entre (a) e (b).

Contudo, o direcionamento dos fluxos de capital sobreacumulado entre esses três circuitos depende do papel mediador do Estado e/ou financeiras, que detem o poder de gerar e oferecer crédito. Assim criam o “capital fictício” (ativos em títulos ou notas promissórias desprovidas de suporte material, mas que podem ser usadas como dinheiro).

O recurso ao sistema de crédito torna os territórios mais vulneráveis. Isso fez com que muitos países contraíssem enormes dívidas, tornando um grande problema nos anos de 1980. O crédito utilizado em “demasia” por Estados pobres, constitui em uma grande dependência aos demais países ricos no sistema de circulação de capital. Nesse processo de dependência e vulnerabilidade, esses países foram obrigados a fazer uma desregulamentação comercial e financeira, associada às privatizações, para que os capitais sobreacumulados dos países ricos encontrassem uma nova forma de transformar em capitais lucrativos.

De acordo com Harvey (2003), as duas principais conseqüências desse problema são:

- a) *Novas ordenações espaço-temporais* ocorrem e os capitais excedentes são absorvidos.
- b) *Competição internacional crescente*. Sendo que o mais fraco sucumbe, caindo em sérias crises de desvalorização localizada, gerando lutas geopolíticas entre regiões.

Como e quando isso acontece vai depender dos poderes da ação política dos Estados. A lógica expansionista do sistema capitalista busca uma acumulação interminável de capital. As dualidades como a competição e monopólio, fixidez e movimento, são tensões que vêm dos processos de acumulação interminável do capital no espaço e no tempo, segundo Harvey. O efeito disso é que o capital cria uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades num dado ponto do tempo e depois a destrói e constrói uma nova paisagem diferente. Essa necessidade de movimento de mudança é essencial para assegurar o processo interminável de acumulação de capital.

Portanto, o capitalismo sobrevive por meio de uma série de ordenações espaço-temporais e também através da desvalorização e destruição administrada, como descontrole fiscal dos países que contraem empréstimos. A ordenação espaço-temporal como remédio do capital sobreacumulado torna-se um elemento crucial na geografia histórica do capitalismo e na construção de uma nova paisagem geográfica por conter tanto a acumulação de capital como a acumulação do poder político, ambas intermináveis. Doravante, Harvey identifica uma dupla função do capital financeiro, as quais serão examinadas na seção que se segue.

3 O processo de mundialização territorial-financeira

Para analisar o processo de mundialização territorial-financeira, partimos da teoria apresentada pelo Arrighi (1996), a qual sustenta que a expansão financeira é a principal expressão de uma unidade da história capitalista. Sendo essa unidade da história constituída a partir da transformação da economia mundial, que passa de um sistema de acumulação inserido e subordinado ao

sistema de poder, para um sistema de poder inserido e subordinado ao sistema de acumulação. Portanto, o poder do capital se sobrepõe ao poder político e se transforma no principal norteador da organização social.

Ressaltamos que não consideraremos a seqüência dos quatro ciclos sistêmicos de acumulação do capital, mas sim a estrutura desses ciclos e, principalmente, a sua fase de turbulência financeira, ou seja, de crise. Esta que foi analisada pelo Harvey, abarcando não apenas o ciclo de acumulação dominante, mas todo o sistema econômico mundial.

Durante a fase de crise do capital há a necessidade dos ajustes temporais e territoriais. Sendo este último, o elemento principal para a formação do processo de mundialização territorial-financeira. Um processo onde os Estados nacionais e os sistemas institucionais financeiro fazem as suas intervenções com o objetivo de impedir que a acumulação de capital entre em colapso. O principal meio para isso é a estruturação de um sistema financeiro internacional, capaz de provocar desvalorizações de ativos e de acumulação através do capital financeiro em nível setorial, nacional e internacional.

O processo de mundialização territorial-financeira contemporânea tem as suas origens em 1973, com a revogação de Bretton Woods, ou seja, com o fim da paridade dólar-ouro e a passagem para o câmbio flexível. Desta forma, reafirma-se e intensifica a tese apresentada por Arrighi, quanto a supremacia do poder do capital mediante o poder político.

A partir da década de 1990, houve uma liberalização financeira e comercial forçada em todo o mundo, exercida por pressões, principalmente, do FMI e OMC, o que constituiu no principal caminho da acumulação por meio do capital financeiro (Chesnais, 1998). O que corrobora a tese do Harvey no que se refere ao ajuste territorial do capital, constituindo uma necessidade do capital de se expandir sobre novos territórios nacionais, procurando realizar o seu capital sobreacumulado.

O processo de mundialização territorial-financeira contemporânea constituiu-se em um custo necessário rumo ao desenvolvimento capitalista com forte apoio do Estado. Este processo se baseou, essencialmente, na desregulamentação

financeira e privatização. O Estado liberou seus ativos para o mercado financeiro, isto é, securitização e privatização e fez com que o capital sobreacumulado pudesse investir neles para lucrar. Isso abre novos caminhos de atividade lucrativa e ajuda a resolver o problema do capital sobreacumulado. A receita liberal e monetária a partir de Bretton Woods (Chesnais, 2005). Em outras palavras, um elo entre os ajustes temporais e territoriais que intensificam a relação dos diferentes Estados nacionais a partir da expansão financeira.

Desta forma, procuramos verificamos que o processo de mundialização ocorre pela necessidade de aprofundamento das relações entre os territórios nacionais, para realizar o capital sobreacumulado produzido na fase de expansão material, a partir da expansão do capital financeiro. Por isso denominados esse processo de mundialização de territorial-financeira.

Bibliografia

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo, Editora UNESP, 1996.

CHESNAIS, François. *A mundialização Financeira: gênese, custos, riscos*. São Paulo: Xamã, 1998

_____. *A Finança Mundializada*. São Paulo, Boitempo, 2005.

HARVEY, David. *The Limits to Capital*. London, Verso, 1982/2006.

_____. *O Novo Imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola, 2003/2004.

_____. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo, Annablume, 2005